

Relatores apóiam o governo

BRASÍLIA — O presidente da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho, designou ontem os relatores para cada item do projeto orçamentário, formando uma composição de maioria identificada com as teses do governo, adepta do Centrão e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A parte referente aos ministérios militares, por exemplo, foi entregue a parlamentares da mais absoluta confiança do governo, numa sessão que teve a presença dos assessores militares que atuam no Congresso.

O senador Álvaro Pacheco (PFL, cinco anos, amigo íntimo do presidente) vai relatar o orçamento do Ministério da Aeronáutica, que representa 2,5% do projeto global de orçamento da União que, com a Operação Desmonte, ficou em Cr\$ 10,42 trilhões para 1989. O deputado Paes Landim (PFL, cinco anos, ligado à área militar) vai relatar o orçamento do Exército, que representa 3,05% do total. O senador Raimundo Lira (PMDB, Centrão, cin-

co anos) ficou com o Ministério da Marinha, que terá 2,46% do total orçamentário.

NOVAS COMPOSIÇÕES

São 35 áreas no orçamento, mas estão indicados, por enquanto, 32 relatores. Ficaram de fora os ministérios da Justiça, da Cultura e da Reforma Agrária, para novas composições. O PT ainda não quis ficar com nenhuma relatoria. O deputado Plínio de Arruda Sampaio já foi convidado para a área da Justiça e está relutando. Dos 32 designados, 20 cargos ficaram com o PMDB, cinco com o PFL, três com o PSDB, dois com o PDS, um com o PL e um com PDT. Dos relatores já definidos 21 votaram pelos cinco anos para o presidente Sarney.

Todo o orçamento do Poder Judiciário, 1,14% do total, será relatado pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-cinco anos). O orçamento do Poder Legislativo, 1,14% do total, tem a seguinte divisão: deputado Wagner Lago (PMDB-cinco anos) com a Câmara; senador Mauricio Correia (PDT-quatro anos) com o Senado; deputado José Luiz de Sá (PL-cin-

co anos) com o Tribunal de Contas da União. O Poder Executivo, que fica com 87,82% do orçamento, está dividido em 24 áreas. As principais foram entregues aos seguintes relatores: Presidência da República, Délio Braz (PMDB-cinco anos); Comunicações, Ismael Wanderley (PMDB-cinco anos); Minas e Energia, Eraldo Tinoco (PFL-cinco anos); Previdência, Arnaldo Prieto (PFL-cinco anos); Transportes, José Carlos Vasconcelos (PMDB-cinco anos).

A comissão é presidida pelo deputado Cid Carvalho e o relator-geral é o senador Almir Gabriel, ambos do PMDB. Poderá ser trocado, entretanto, o relator-adjunto, deputado José Serra (PSDB), que está em campanha para a Prefeitura paulistana. O presidente apresentou alguns argumentos para que fosse esta a distribuição dos relatores: "Era preciso haver harmonia entre Câmara e Senado, corrigir problemas surgidos com a disputa com o PFL pela presidência da comissão, evitar atritos dentro do PMDB e prestigiar os tucanos do PSDB".